

Aos trabalhadores da Autoridade Tributária e Aduaneira

REVISÃO DAS CARREIRAS ESPECIAIS DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA AS NOTÍCIAS NÃO SÃO BOAS!

No passado dia 18 de abril, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais – FNSTFPS - reuniu com o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF), estando também presentes por parte da AT a Diretora Geral, o Subdiretor Geral da área da Gestão dos Recursos Humanos e a Diretora de Serviços de Gestão de Recursos Humanos e ainda uma representante da DGAEP.

Nesta reunião fomos informados pelo SEAF de que esta foi a última reunião da chamada fase prénegocial e que brevemente iria elaborar despacho com as linhas gerais da proposta a apresentar pelo Governo, que entretanto já foi proferido e divulgado. Considerou ainda que as reuniões "pré-negociais" permitiram chegar a alguns pontos de consenso, facto com o qual não poderemos concordar dada a nossa visão completamente divergente relativamente ao propósito do Governo nesta matéria.

O Governo comprometeu-se em apresentar no final de Maio ou princípio de Junho a proposta de carreiras para início da negociação formal com as estruturas sindicais. Transmitimos ao SEAF a avaliação que fazemos do dito "período pré negocial" e manifestámos a nossa rejeição à postura de imposição de uma direcção política de forma inflexível que, visou sempre manter a actual estrutura da AT e a recusa em fazer qualquer avaliação dos ganhos de eficácia quer em termos organizacionais quer para os trabalhadores da fusão operada pela criação da AT, que a nosso ver são nulos.

Sem nunca o assumir, toda a argumentação que vem sendo expressa nas reuniões já havidas aponta para uma fusão das carreiras da área aduaneira e tributária, fusão que frontalmente rejeitamos. A Federação considera não ser séria a postura do Governo que, embora tenha aberto a discussão sobre a revisão das carreiras especiais, afunilou a discussão para a posição política que sempre quis impor, ou seja, a da carreira única com especializações, o que demonstra a intenção política do Governo de impor a fusão das carreiras e a consequente polivalência na AT, intenção a que a Federação manifestou a sua rejeição desde a primeira hora.

Sobre a autonomização da área aduaneira, ficou claro que o Governo considera esta exigência da Federação como um não assunto, tendo-se recusado, por isso mesmo, a aceitar a nossa proposta de avaliação da eficácia da AT. Quanto ao FEA e ao FET, a Federação defende, como sempre defendeu, a sua integração no vencimento e que tal seja refletida nas novas grelhas salariais, posição que tem vindo a ser transmitida ao Governo e que este sempre se tem furtado a clarificar, não se comprometendo com qualquer posição.

A Federação exigiu ao governo relativamente à transição entre antigas e actuais carreiras o respeito pelas carreiras específicas e que as regras de transição sejam claras e inequívocas, de modo a não serem criadas mais injustiças. No que respeita às futuras posições remuneratórias a Federação transmitiu ao Governo a sua posição de que estas devem ser niveladas por cima, tendo em conta que atualmente, entre as carreiras que vão ser fundidas, existem regras diferentes de avaliação permanente, de promoção e progressão para categorias profissionais com a mesma complexidade de funções.

A Federação deixou clara a sua posição de que será intransigente na defesa dos interesses de todos os trabalhadores da AT e que no processo negocial que irá opor-se frontalmente a tudo a que no seu entender colida com o interesse dos trabalhadores e que jamais aceitaremos a fusão das carreiras aduaneira e tributária, nem a desvalorização das suas funções e salários e a polivalência entre outras que nos foram apresentadas e que certamente o Governo tentará impor.

A Directora-geral da AT - Autoridade Tributária e Aduaneira, informou que o reposicionamento remuneratório abrangeu cerca de 6.000 trabalhadores e que o processo de mobilidade intercarreiras, nas carreiras gerais, permitiu a transição de 57 trabalhadores de Assistente Operacional para Assistente Técnico e de 69 trabalhadores de Assistente Técnico para Técnico Superior. (Felizmente tinha os meus apontamentos!). Relativamente às carreiras especiais, a Directora-geral afirmou que dará cumprimento ao estabelecido nos diplomas legais em vigor e que quer a mobilidade intercarrerias quer a projetada abertura faseada de concursos não serão prejudicados pelo que venham a ser as futuras carreiras da AT.

Veremos se assim será! Concursos de Promoção e Progressão nas carreiras. Nenhum trabalhador pode ser prejudicado!

A Federação considera que devem ser abertos de imediato todos os concursos para todas as carreiras e categorias da AT que estiveram congelados, pois não é compreensível que na conjuntura atual estejam trabalhadores, alguns há mais de 10, 15 anos, nas mesmas categorias, situação que é especialmente sentida por todos os trabalhadores. A Federação não aceita que a falta de pessoal na área de recursos humanos, sirva de pretexto para a não abertura dos concursos, como foi dado a entender, pois consideramos que só a abertura de concursos de promoção permitirá o efetivo e cabal cumprimento do artigo 18º do 0E/2018, a que o Governo está legalmente obrigado. Esta reivindicação mais se justifica, quando a Diretora-geral afirma que os concursos vão ser abertos respeitando o quadro legal existente relativo ao estatuto profissional dos trabalhadores das carreiras tributária e aduaneiras, que como se sabe, se regem e obedecem a regras diferentes na área tributária e na área aduaneira.

Neste processo defendemos que nenhum trabalhador pode ser prejudicado pelo facto de não terem sido abertos os concursos, facto tão mais importante se considerarmos que são situações diferentes de partida que irão ser sujeitas às mesmas regras de transição para a nova carreira ou carreiras. Esta Federação receia que esta estratégia política apresentada para a abertura faseada de concursos, vise apenas criar falsas expectativas pois ao não informar concretamente datas para a abertura dos concursos de promoção para todas as carreiras e categorias da AT, o Governo poderá estar a tentar deixar alguns para trás, potenciando desta forma a criação ainda de maiores injusticas e a indesejada divisão dos trabalhadores.

Sendo este um perigo real de que os trabalhadores da AT devem estar cientes, também é verdade que neste momento têm que estar mais unidos do que nunca contra ao ataque aos seus direitos, nomeadamente ao direito à carreira, caso não seja garantida a progressão de todos os trabalhadores de todas as carreiras e categorias que já reúnam as condições para essa progressão.

A Luta é o Caminho!

TEMOS QUE ESTAR UNIDOS NA DEFESA DOS NOSSOS DIREITOS! MANTÉM-TE INFORMADO!

SINDICALIZA-TE!

Lisboa/ABRIL **A FNSTFPS**







Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte

Rua Vasco de Lobeira, 47/51 4249-009 Porto

tel email

225574060 225507257 geral.porto@stfpsn.pt www.stfpsn.pt